

NOVA PREVIDÊNCIA E OS RPPS

Comissão Especial

NARLON GUTIERRE NOGUEIRA
Secretário-Adjunto de Previdência

14 MAIO
2019

SECRETARIA ESPECIAL DE
PREVIDÊNCIA E TRABALHO

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



DADOS DOS RPPS

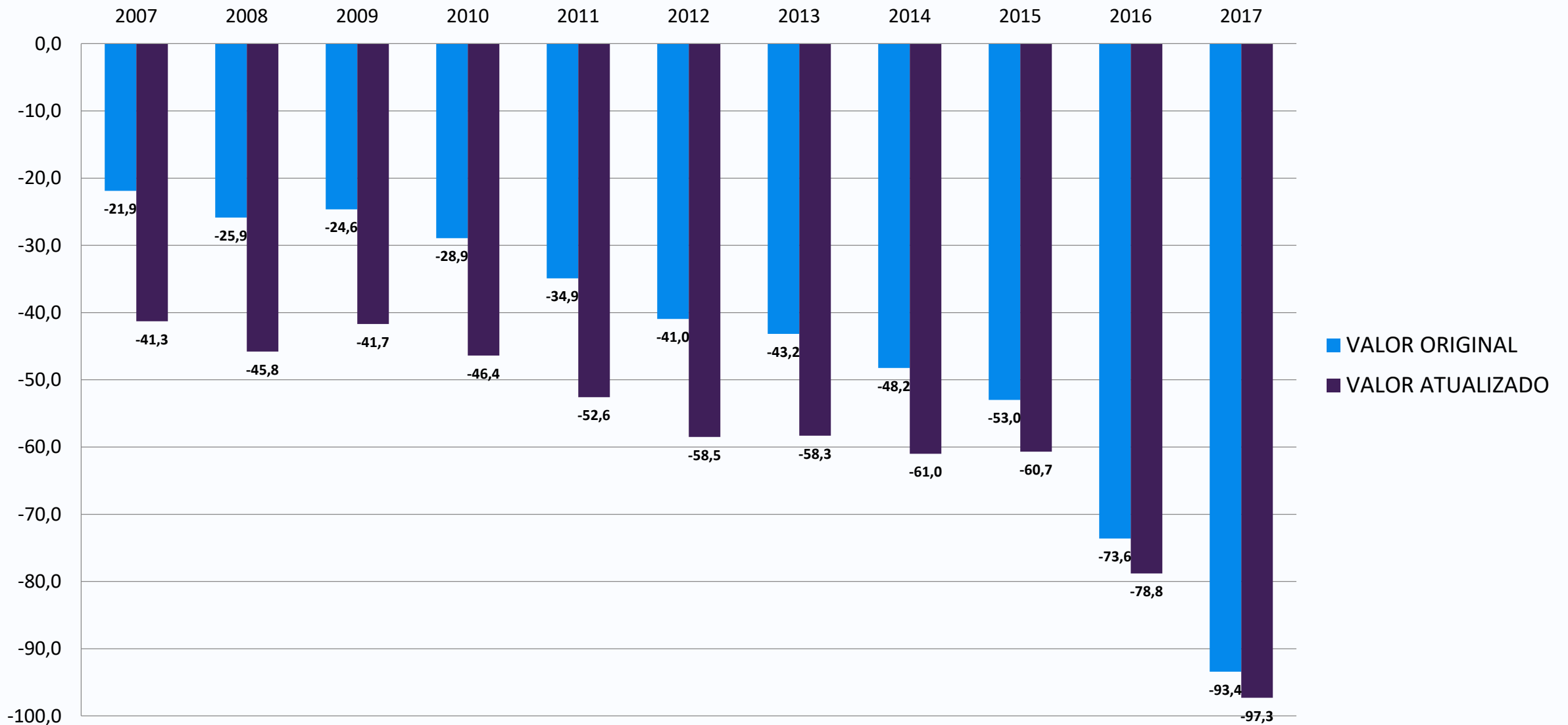
RESULTADO FINANCEIRO DOS RPPS

ENTE	2018 ⁽¹⁾ /2017 ⁽²⁾ (R\$ bilhões)
União (Civis)	-46,7
União (FCDF)	-4,5
União (Pensões Militares)	-18,0
Estados/DF	-93,4
Capitais	-7,2
Demais Municípios	+8,7
TOTAL	-161,1

(1) União - fonte: RREO/STN - dezembro/2018.

(2) Estados/DF e Municípios: fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS 2017 - CADPREV/SPREV.

RESULTADO FINANCEIRO DOS RPPS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL



Fonte: Anuário Estatístico Previdência Social - AEPS (2007 a 2016: Resultado Previdenciário; 2017: Resultado Financeiro) - CADPREV/SPREV.

RESULTADO ATUARIAL DOS RPPS

Esfera	2018 (R\$ trilhões)
União (Civis)	-1,2
Estados/DF	-5,2
Municípios	-1,0
TOTAL	-7,4

(1) União - fonte: Relatório Avaliação Atuarial - PLDO 2019: Resultado descontado com taxa de juros de 5,75% (avaliação atuarial de 2018 - PLDO 2019). Se considerada taxa de 0%, sobe para R\$ 3,7 trilhões.

(2) Estados/DF/Municípios - fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS 2017 - CADPREV/SPREV: Resultado descontado com taxa de juros conforme meta atuarial (limite de 6%) ou com taxa de 0% para fundos financeiros nos RPPS com segregação da massa (a partir de 2019 poderá ser aplicada taxa de desconto nos fundos financeiros, conforme Portaria MF 464/2018).

QUANTIDADE DE SEGURADOS DOS RPPS

ENTE	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL	RELAÇÃO (AT)/(AP+PN)
UNIÃO (CIVIS)	691.342	436.535	300.937	1.428.814	0,9
ESTADOS E DF	2.454.573	1.671.827	503.908	4.630.308	1,1
CAPITAIS	599.997	267.736	66.111	933.844	1,8
DEMAIS MUNICÍPIOS	1.993.887	442.754	110.730	2.547.371	3,6
TOTAL	5.739.799	2.818.852	981.686	9.540.337	1,5

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS 2017 - CADPREV/SPREV.

REMUNERAÇÕES MÉDIAS DOS SEGURADOS - UNIÃO

UNIÃO	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS
EXECUTIVO	9.752,51	8.852,83	5.364,84
JUDICIÁRIO	14.232,88	19.019,15	12.139,60
MINISTÉRIO PÚBLICO	14.726,44	18.283,68	13.983,37
LEGISLATIVO	20.210,50	29.195,40	15.204,87

(1) Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS 2017 - CADPREV/SPREV.

(2) Idade média de concessão das aposentadorias no período de 2014 a 2018:

Executivo - 60,4 anos; Judiciário - 57,8 anos; Ministério Público - 57,7 anos; Legislativo - 58,2 anos.

REMUNERAÇÕES MÉDIAS DOS SEGURADOS - EST/DF/MUN

ENTE	ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS
ESTADOS E DF	4.936,80	5.079,61	4.309,38
CAPITAIS	3.519,99	4.014,16	2.432,04
DEMAIS MUNICÍPIOS	2.261,41	2.147,79	1.464,96

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS 2017 - CADPREV/SPREV.

NOVAS REGRAS DOS RPPS:

Alguns pontos a destacar

REGRAS GERAIS DOS RPPS: GOVERNANÇA E SUPERVISÃO

- Lei de Responsabilidade Previdenciária: estabelecerá princípios que reforçarão a governança e supervisão dos RPPS, protegendo os recursos previdenciários e criando mecanismos de responsabilização dos gestores, dirigentes e prestados de serviços.
- Efetiva implantação da unidade gestora única do RPPS, alcançando todos os poderes, órgãos e entidades.
- Necessidade de que política de gestão de pessoal tenha alinhamento com impactos no equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.
- Mecanismos de equacionamento do deficit atuarial.
- Sistema integrado de dados de todos os regimes de previdência e assistência.

REGRAS DE BENEFÍCIOS

- Regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios passarão a ser disciplinadas por lei complementar.
- Exigência de critérios mais rigorosos para aposentadoria dos servidores: aumento nas idades, em especial para aqueles que possuem direito a integralidade/paridade.
- Idades mínimas para aposentadorias especiais.
- Regras mais rigorosas para pensão por morte e acumulação de benefícios.
- Obrigatoriedade de instituição do regime de previdência complementar por todos os entes, em dois anos, limitando benefícios dos novos servidores no RPPS ao teto do RGPS.

FINANCIAMENTO DO RPPS

- Altera modelo de cobrança das contribuições devidas pelos segurados dos RPPS, que passam a adotar alíquotas progressivas.
- Contribuição dos servidores da União alterada, com alíquotas progressivas nominais de 7,5% a 22% (efetiva de 16,8% para remuneração no teto).
- Estados/DF e Municípios passam automaticamente para alíquota de 14%, podendo alterá-las no prazo de 180 dias.
- Possibilidade de instituição de contribuições extraordinárias para amortização do deficit atuarial.
- Autorização para que limite de isenção/imunidade da contribuição extraordinária dos aposentados e pensionistas do RPPS ser reduzido do teto do RGPS para um salário-mínimo.

OUTRAS MEDIDAS RELEVANTES PARA ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS

- Veda recebimento de proventos de aposentadoria do RGPS decorrente de cargo, emprego ou função pública com remuneração de cargo, emprego ou função pública.
- Readaptação funcional como instrumento para evitar aposentadoria por incapacidade permanente.
- Abono de permanência pode ter valor alterado e ser condicionado ao cumprimento de critérios estabelecidos pelo ente federativo.
- Limitação de incorporações e remuneração variável:
 - Variações de carga horária e vantagens pecuniárias permanentes variáveis deverão observar média dos últimos 10 anos.
 - Incorporação de parcelas temporárias, cargo em comissão ou função de confiança, se prevista em lei do ente, limitada na proporção de 1/30.

APLICAÇÃO DA PEC AOS RPPS DE ESTADOS/DF E MUNICÍPIOS

- União, Estados, DF e Municípios devem aplicar de imediato as disposições aos seus RPPS, ressalvada a adequação da entidade gestora e da previdência complementar, que terão o prazo de 2 anos.
- Em 180 dias Estados, DF e Municípios devem adequar a legislação relativa aos benefícios às regras constitucionais e definir em lei as alíquotas de contribuição.

Texto da PEC

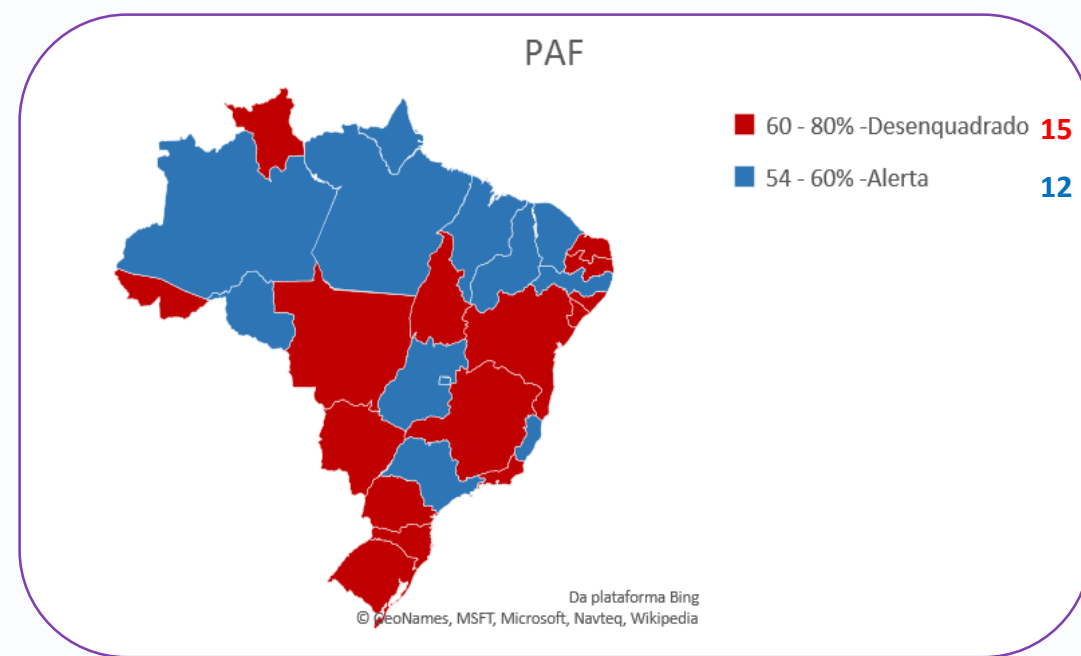
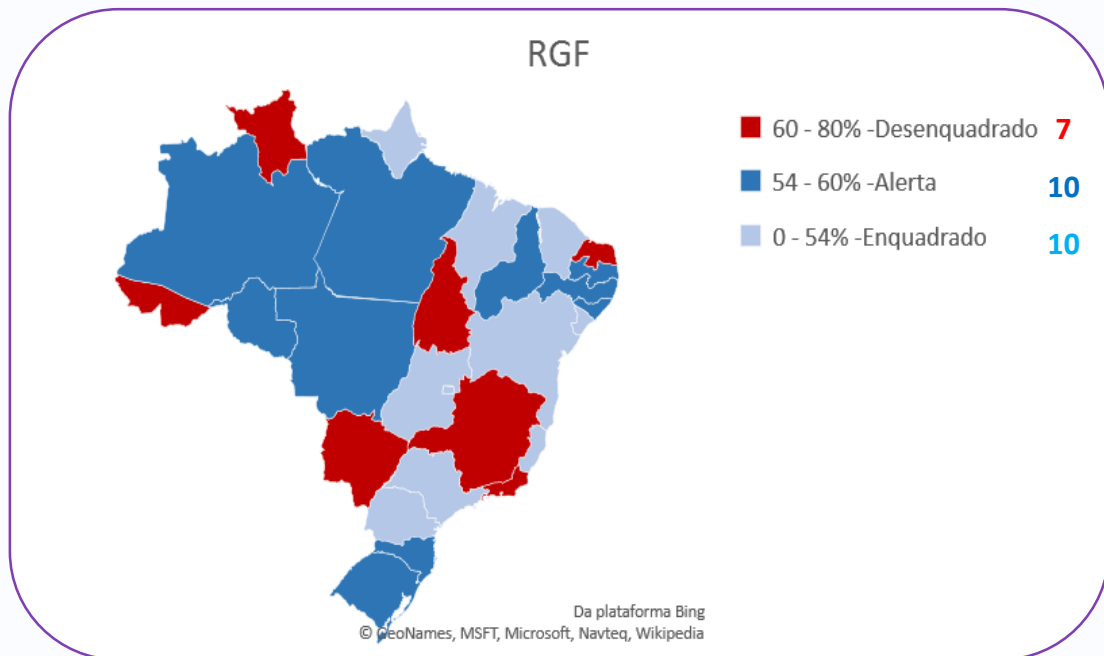
Art. 16. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **deverão aplicar imediatamente** as disposições desta Emenda à Constituição, **ressalvada a adequação ao disposto nos § 14 e § 17 do art. 40 e o prazo de dois anos, contado da data de promulgação desta Emenda à Constituição.**

Parágrafo único. No prazo de cento e oitenta dias da promulgação desta Ementa à Constituição, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios **deverão adequar a legislação relativa aos benefícios às regras constitucionais e definir em lei as alíquotas de contribuição,** sob pena de ficarem sujeitos à sanção estabelecida no inciso XI do art. 167 da Constituição.

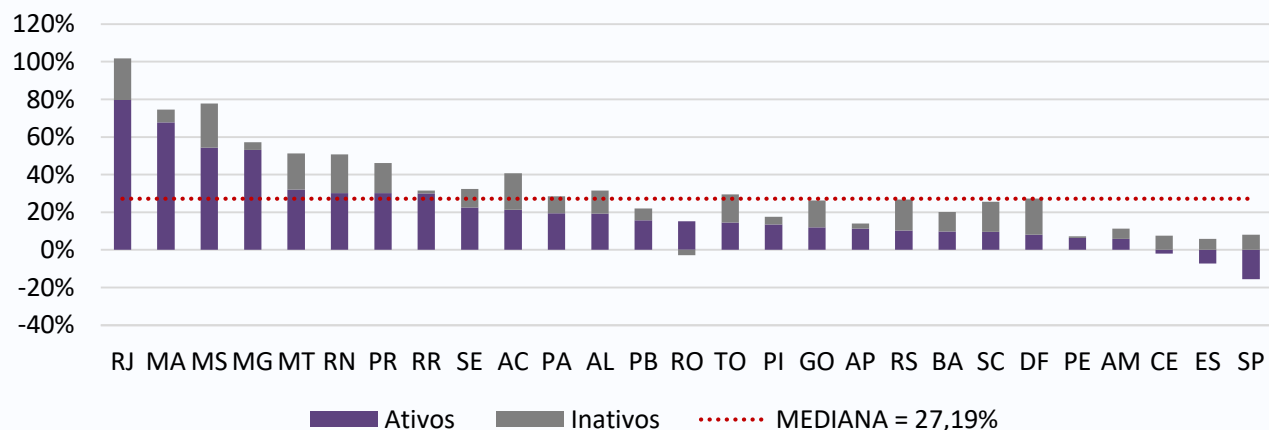
Aprovação sem RPPS de Estados, DF e Municípios?

ESTADOS E MUNICÍPIOS

ESTADOS - DESPESAS COM PESSOAL - 2017

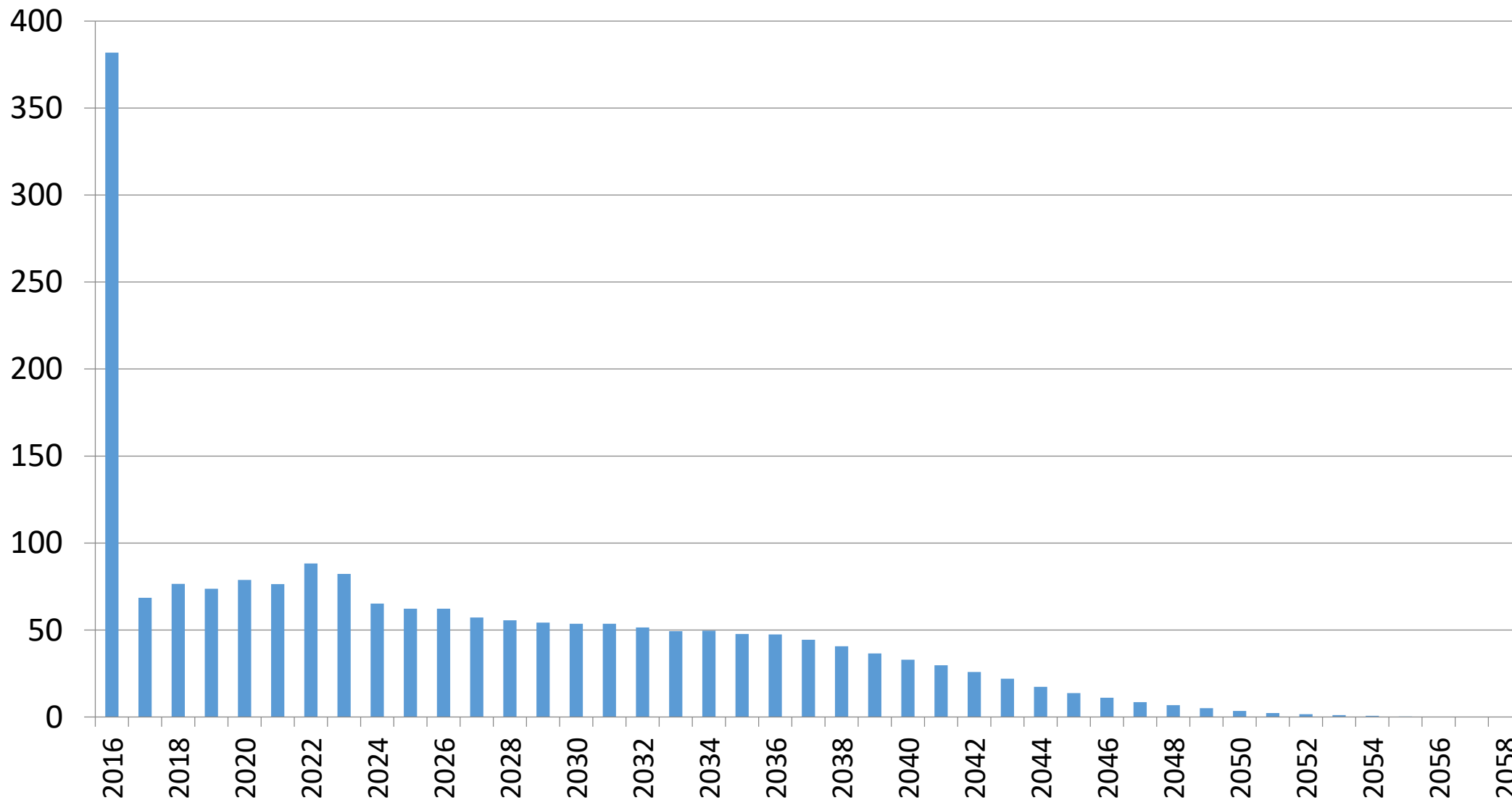


CRESCIMENTO REAL DA DESPESA COM PESSOAL - 2011 A 2017

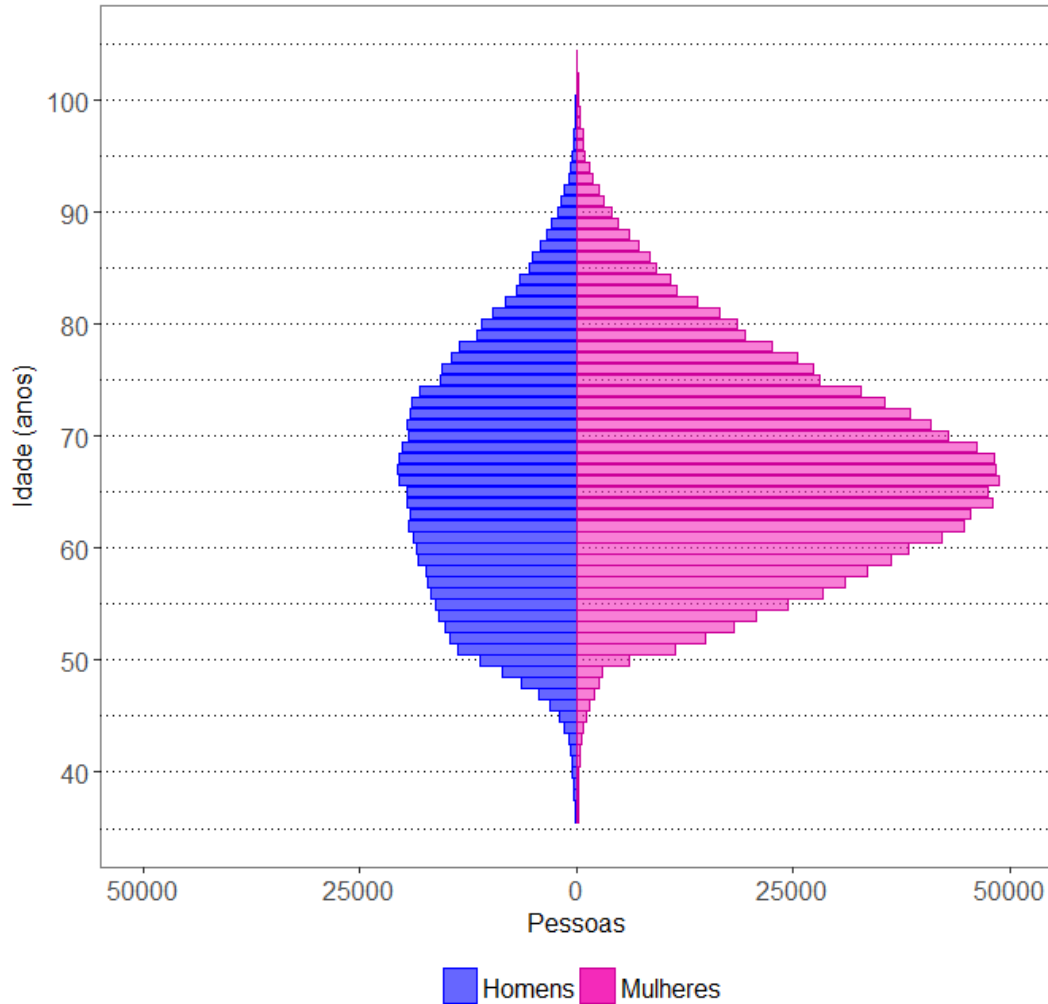


- **A principal causa da deterioração financeira dos Estados é o aumento da despesa com pessoal, o qual foi possível graças à apuração irrealista de cumprimento dos limites da LRF.**
- **Em 2017 havia nos Estados um excesso de despesa com pessoal de R\$ 48 bilhões (usando como referência o limite de alerta da LRF).**

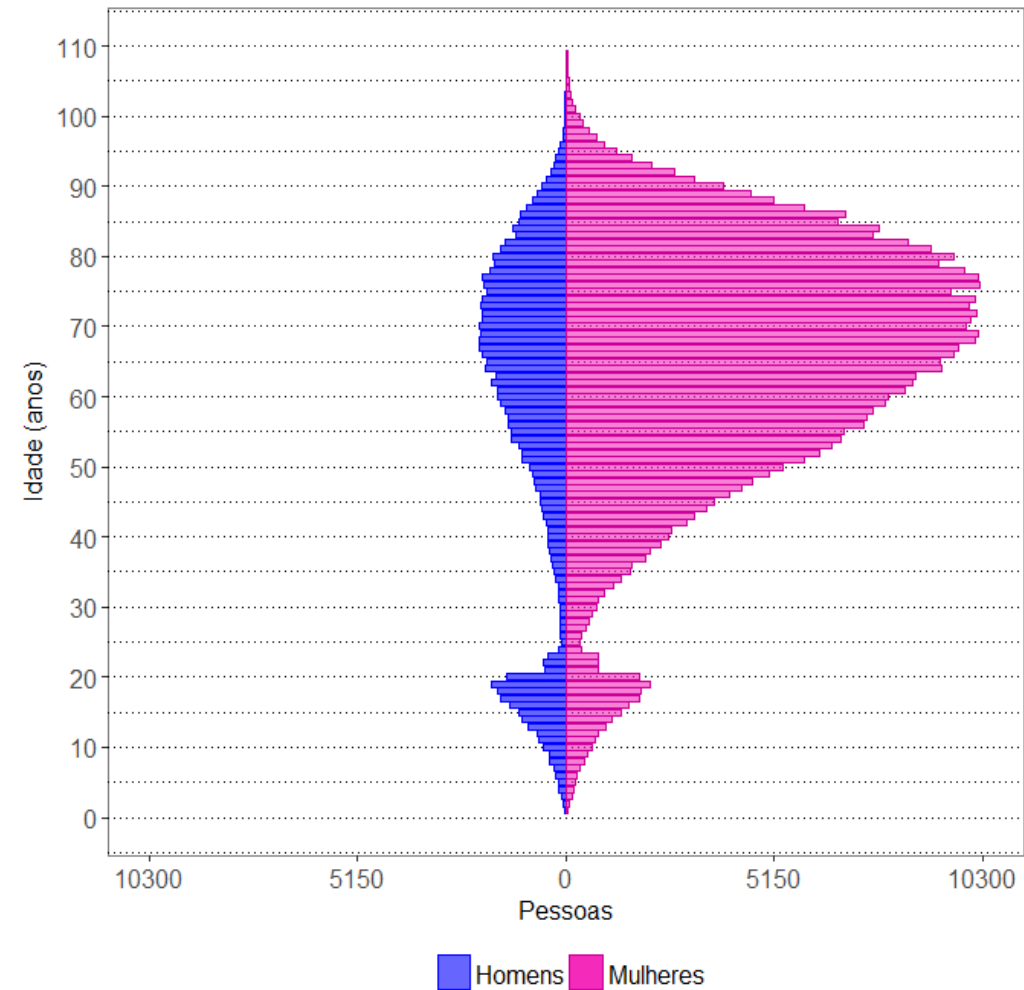
Estados: muita gente se aposentando...



Estados: ...e vivendo bastante tempo depois de se aposentar



(b) Servidores aposentados.



(c) Pensionistas.

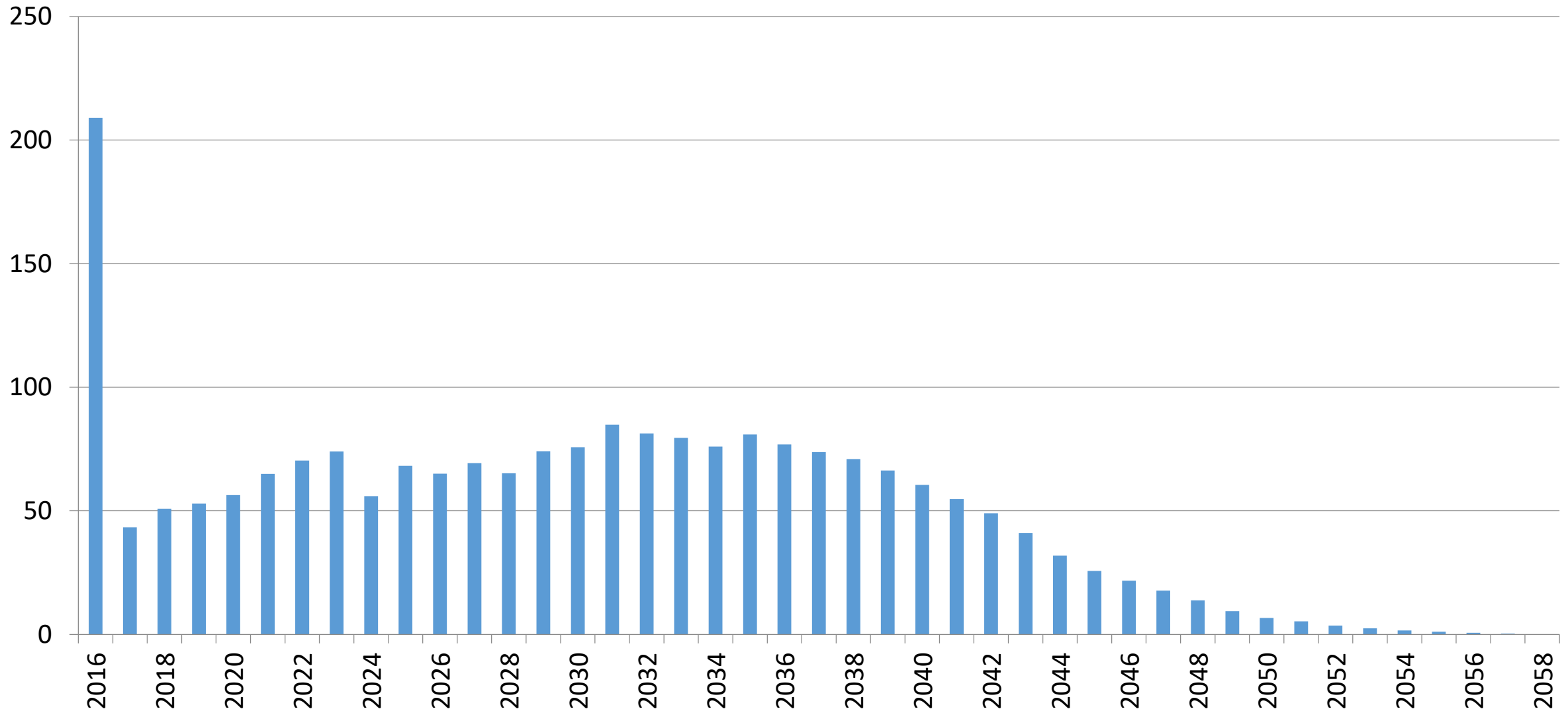
IMPACTOS DA APROVAÇÃO DA PEC 06/2019 - ESTADOS/DF - CIVIS

ESTADO	ECONOMIA 10 ANOS (em R\$ bilhões)
AC	3,05
AL	4,20
AM	5,17
AP	2,72
BA	18,63
CE	8,38
ES	5,63
GO	10,84
MA	5,55
MG	25,93
MS	5,62
MT	10,22
PA	9,15
PB	4,01
PE	10,54
PI	4,61
PR	27,42
RJ	25,93
RN	6,41
RO	4,05
RR	1,41
RS	14,21
SC	6,33
SE	3,51
SP	48,53
TO	5,38
DF	21,59
TOTAL	299,00

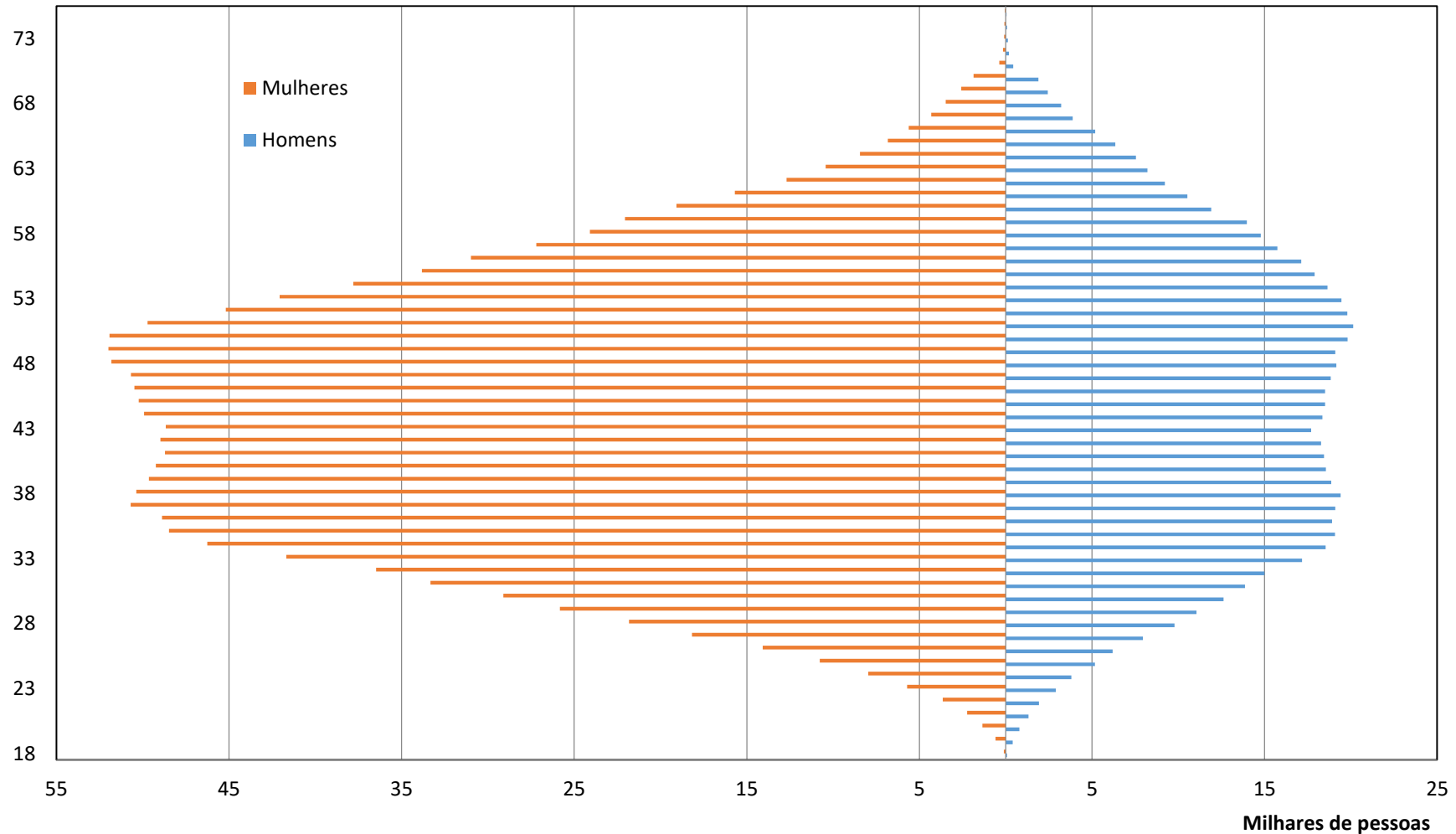
Impacto considerando todo o fluxo projetado de receitas e despesas (benefícios a conceder):
R\$ 1,03 trilhão

Nota: Simulação realizada pela SPREV, a partir de uma “avaliação atuarial padrão”. Impacto efetivo deve ser calculado em cada Estado. Considera adoção de alíquota de 14% para os segurados e beneficiários

Municípios: grande número de aposentadorias na próxima década



Pirâmide etária servidores municipais ativos



IMPACTOS DA APROVAÇÃO DA PEC 06/2019 - MUNICÍPIOS

- Simulação realizada pela SPREV, a partir de amostra de 106 RPPS municipais:
 - a) Ganho no resultado financeiro (despesas com benefícios a conceder - receitas com contribuições) de R\$ 86,7 bilhões nos próximos 10 anos.
 - b) Ganho no deficit atuarial de R\$ 124,4 bilhões (em média 30%).
- Extrapolando esses resultados para todos os RPPS municipais:
 - a) Ganho de R\$ 170,4 bilhões no resultado financeiro de 10 anos.
 - b) Redução no deficit atuarial de R\$ 356,4 bilhões, conforme detalhado abaixo:

PORTE DO MUNICÍPIO	Nº RPPS	RESULTADO DEFICITÁRIO CONSIDERANDO SITUAÇÃO ATUAL ¹	REDUÇÃO RESULTADO ATUARIAL ²	NOVO RESULTADO ATUARIAL
Capitais	26	-491.505.394.943,33	115.497.849.829,78	-376.007.545.113,55
Municípios com mais de 400 mil habitantes	29	-178.289.342.163,83	84.815.794.072,89	-93.473.548.090,94
Municípios entre 100 e 400 mil habitantes	173	-189.125.601.931,63	105.183.391.065,39	-83.942.210.866,24
Municípios entre 50 e 100 mil habitantes	195	-58.506.281.561,11	22.614.062.489,23	-35.892.219.071,88
Municípios entre 10 e 50 mil habitantes	952	-98.645.019.086,04	23.410.641.656,85	-75.234.377.429,19
Municípios com até 10 mil habitantes	721	-16.783.889.237,93	4.880.428.517,88	-11.903.460.720,05
TOTAL	2096	-1.032.855.528.923,86	356.402.167.632,01	-676.453.361.291,85

1 - Conforme resultado reportado no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA), para avaliação de 2018 (AEPS 2017).

2 - Simulação considerando metodologias e premissas utilizadas na avaliação atuarial do RPPS da União.

Governo de Goiás atrasa o pagamento e provoca reação de servidores públicos

Na última sexta-feira, foi feito o pagamento atrasado, referente ao mês de dezembro do ano passado à primeira parcela de servidores

O Rio de

Dívida fluminense não é a única

reagir com medidas amoladas ao agravar em apur de unidades da Fe

Parcelamento dos salários dos servidores de MG vai até outubro

O escalonamento foi prorrogado por causa da crise econômica. Anúncio foi feito nesta sexta pela Secretaria de Estado de Planejamento

Para Sindicato diz que 10 mil servidores públicos estão com salários atrasados em Roraima

Divida da folha de pagamento do governo chega aos R\$ 65 milhões. Executivo deve se reunir com classe para buscar solução.

Salários do RN pela 11ª vez

eram utilizados do executivo. disponível

Déficit previdenciário dos estados pode crescer 57% até 2020

Servidores criticam calendário "truculento" de salários e não descartam parar em MT

Quase 80% das cidades brasileiras estão com as contas em vermelho

23/10/2016 - 09h49 - ATUALIZADA AS 10h52 - POR ESTADÃO CONTEÚDO

Governo anuncia escalonamento de salários de dezembro e pagamento do 13º de 2018 em 4 vezes seguidas no ano

expectativa é quitar pagamentos até série de fatores agravaram problemas fina

Rio quer 30% do salário do servidor para cobrir deficit na Previdência

previdência

Dívida deixa aposentados sem receber em São Sebastião do Paraíso

Motivo é falta de repasse da prefeitura para institui Segundo órgãos, montante devido já chega a R\$

Em São João de Meriti, servidores inativos estão com quatro meses de salários atrasados

20/09/18 06:30

FINALIZANDO...

INSS

[Agenda das autoridades](#)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Transparência Nova Previdência

[Resultado do RGPS](#)

[Grandes números da Previdência](#)

[Mais informações](#)

PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO

[CRP](#)

[Demonstrativos](#)

[Sistemas](#)

[Legislação](#)

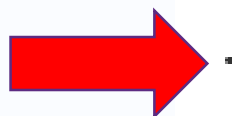
[Mais informações](#)

Publicado: 25/04/2019 16:39

Última modificação: 08/05/2019 09:18

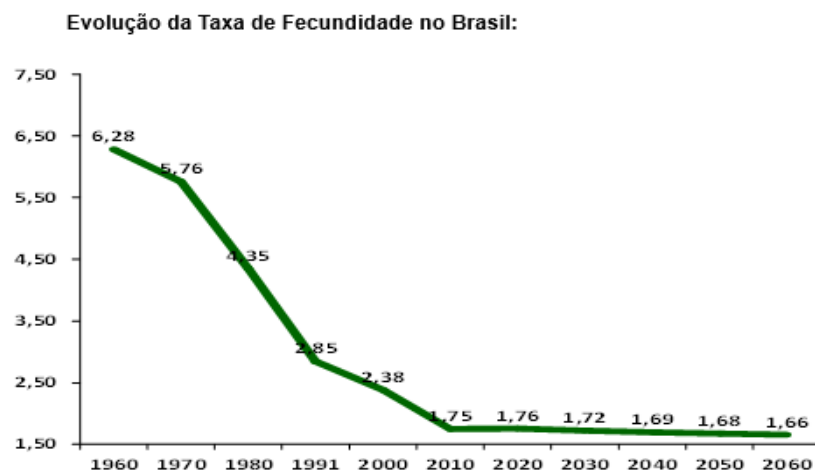
A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia disponibiliza para consulta pública as manifestações técnicas, os relatórios e os dados que embasaram a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 6/2019. As respostas aos Requerimentos de Informação formulados por parlamentares também serão publicadas para consulta.

- [PEC 6/2019 – Manifestações Técnicas](#) (atualizado em 25/04/2019 às 17:20)
- [PEC 6/2019 – Processo Integral \(com minutas\)](#)
[Parte 1](#) | [Parte 2](#)
- [Avaliação Atuarial – PLDO 2020](#)
 - [Anexo IV.5 – Metas Fiscais – Projeções Atuariais para o RGPS](#)
 - [Anexo IV.6 – Metas Fiscais – Avaliação Atuarial do RPPS dos Servidores Civis da União](#)
 - [Apêndice do Anexo IV.6 – Nota Técnica Atuarial – RPPS dos Servidores Civis da União](#)
- [Dados, metodologias e estudos – Impactos PEC 6/2019](#)
 - [RGPS](#)
 - [Dados Primários utilizados no Modelo de Projeções Fiscais](#)
 - [RPPS da União](#)
 - [Relatório do Estudo Atuarial dos Impactos da PEC nº 06/2019](#)
 - [Base Técnica – Nota Técnica Atuarial](#)
 - [Base Técnica – Tábua Biométrica](#)
 - [Base Cadastral – Dicionário](#)
 - [Base Cadastral – Lelaute](#)
 - [Base Cadastral – Microdados](#)
 - [Memórias de Cálculo – Fluxos de Receitas e Despesas Sem Reposição](#)
 - [Memórias de Cálculo – Fluxos de Receitas e Despesas Com Reposição](#)
 - [Memórias de Cálculo – Alíquotas](#)
- [Requerimentos de Informações](#)
 - [Requerimento de Informação 145/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 207/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 236/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 248/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 251/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 256/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 257/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 258/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 259/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 264/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 265/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 266/2019](#)
 - [Requerimento de Informação 316/2019](#)



BRASILEIRO ESTÁ TENDO MENOS FILHOS

Redução da taxa de fecundidade:
Impacto sobre a receita futura do sistema (financiado por repartição simples)



Fonte: IBGE/ Projeção da População de 2018. Elaboração: SPREVIME

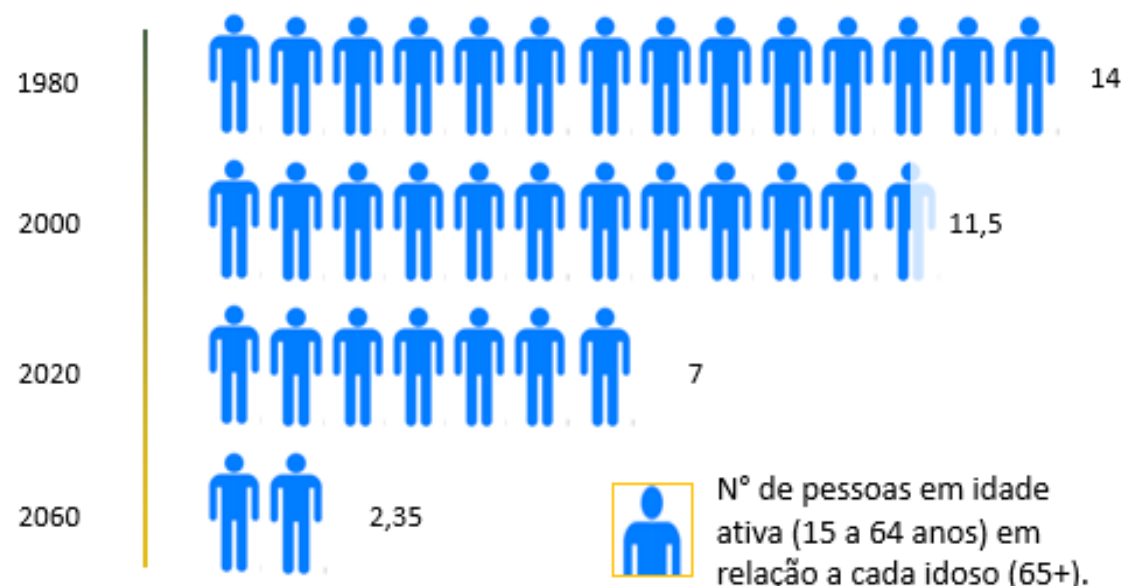
BRASILEIRO ESTÁ VIVENDO MAIS

Aumento da expectativa de vida:
Impacto sobre a despesa (maior duração dos benefícios)



Fonte: IBGE/ Projeção da População de 2018. Elaboração: SPREVIME

O BRASIL ESTÁ ENVELHECENDO RAPIDAMENTE



Nº de pessoas em idade ativa (15 a 64 anos) em relação a cada idoso (65+).

BRASIL É MUITO JOVEM PARA GASTAR TANTO COM PREVIDÊNCIA

Relação entre gastos com Previdência Social e envelhecimento populacional
Países da OCDE - 2015

